



**Estado do Rio Grande do Norte**  
**Câmara Municipal de Vila Flor**  
CNPJ/MF 24.518.110/0001-08

Rua João Antônio de Oliveira Fagundes, nº 431, Centro, Vila Flor/RN, CEP 59.192-000

---

Resolução nº 001/2025.

Aprova e publica o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vila Flor/RN, consolidado com as alterações promovidas por leis, emendas e resoluções municipais.

**A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vila Flor, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte:**

**Art. 1º** Fica aprovado o texto consolidado do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vila Flor/RN, incorporando as alterações introduzidas por Leis Municipais, Emendas e Resoluções aprovadas ao longo dos últimos anos.

**Art. 2º** O novo texto consolidado tem como finalidade a atualização normativa e a simplificação da consulta e aplicação das normas internas, sem qualquer alteração de conteúdo que não esteja respaldada por norma legal já aprovada.

**Art. 3º** O Regimento Interno consolidado aprovado por esta Resolução segue em anexo, fazendo parte integrante deste ato normativo.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário da Câmara Municipal de Vila Flor/RN, 09 de abril de 2025.

**Jefferson Alexandre de Souza**

Vereador Presidente

**Geraldo Felipe de Oliveira Neto**

1º Secretário

**Iara do Nascimento Silva**

2º Secretário





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR/RN**  
Rua João Antônio de Oliveira Fagundes, 431, Centro  
CNPJ: 24.518.110/0001-08

# **REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR/RN**

Vila Flor/RN, 09 de abril de 2025.

## **ÍNDICE GERAL DO REGIMENTO INTERNO**

### **TÍTULO I - Da Câmara Municipal**

**CAPÍTULO I** - Das disposições preliminares

**CAPÍTULO II** - Da instalação e da posse

### **TÍTULO II - Dos Órgãos da Câmara**

**CAPÍTULO I** - Da Mesa Diretora

**Seção I** - Da formação da Mesa

**Seção II** - Da renúncia e da destituição

**Seção III** - Da competência da Mesa

**Seção IV** - Do Presidente

**Seção V** - Dos Secretários

**CAPÍTULO II** - Das Comissões

**Seção I** - Das disposições Preliminares

**Seção II** - das Comissões especiais

**Seção III** - Das Comissões de Representação e Processante

**Seção IV** - Do funcionamento das Comissões Permanentes

**Seção V** - Dos Prazos

**Seção VI** - Dos pareceres

**CAPÍTULO III** - Do Plenário

### **TÍTULO III - Dos Vereadores**

**CAPÍTULO I** - Do Exercício da Vereança

**CAPÍTULO II** - Das Vagas e Licenças

**Seção I** - Das Licenças

**Seção II** - Dos Líderes

**CAPÍTULO III** - Da Remuneração

**CAPÍTULO IV** - Das Proibições

### **TÍTULO IV - Das Sessões**

**CAPÍTULO I** - Disposições Preliminares

**Seção I** - Das Sessões Ordinárias

**Subseção I** - Das Disposições Preliminares

**Subseção II** - Do Expediente

**Subseção III** - Da Ordem do Dia

**Seção II** - Das Sessões Extraordinárias

**Seção III** - Das Sessões Solenes

**Seção IV - Das Sessões Secretas**

**Seção V - Da Suspeição e Encerramento**

**Seção VI - Das Atas**

**TÍTULO V - Das Proposições e da sua Tramitação**

**CAPÍTULO I - Das Proposições em Espécie**

**CAPÍTULO II - Dos Recursos**

**CAPÍTULO III - Dos Requerimentos**

**CAPÍTULO IV - Da Retirada das Proposições**

**CAPÍTULO V - Da Representação**

**CAPÍTULO VI - Da Tramitação da Proposições**

**TÍTULO VI - Das discussões e das Deliberações**

**CAPÍTULO I - Das Discussões**

**CAPÍTULO II - Da Disciplina dos debates**

**CAPÍTULO III - Das deliberações**

**TÍTULO VII - Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle**

**CAPÍTULO I - Da Elaboração Legislativa Especial**

**Seção I - Do Orçamento**

**Seção II - Das Codificações**

**CAPÍTULO II - Dos Procedimentos de Controle**

**Seção I - Do Julgamento das Contas**

**Seção II - Do Processo Cassatório**

**Seção III - Da Convocação do Chefe do Executivo**

**TÍTULO VIII - Dos Procedentes e Questão de Ordem**

**TÍTULO IX - Dos Serviços internos**

**TÍTULO X - Das Disposições Gerais**

Colegas Vereadores:

Depois de tantos anos de Legislativo no nosso Município, esta Casa registra um fato de suma importância, quando a atual Mesa Diretora propôs a carta magna da Câmara de Vereadores (Regimento Interno).

Com ele passaremos a discutir as proposições, seguindo os modernos preceitos do Processo Legislativo Municipal e com todo respeito que merece a outras Legislaturas, efetivamente o nosso Poder passará a existir na acepção da palavra e realmente colocar-se hoje entre tantos Legislativos existentes no Rio Grande do Norte, de fato e de direito.

Não Importa a sua duração, o fundamento é que dispomos agora de algo concreto para representar as aspirações do povo que nos elegeu de forma regulamentar.

A partir de hoje o Regimento Interno, colegas Vereadores, será o caminho que devemos trilhar e a bíblia que devemos guardar e respeitar.

Vila Flor/RN, em 08 de dezembro de 2005.

Agnaldo Luiz da Silva  
Presidente

Ailton Passos de Medeiros  
1º Secretário

José Joaquim de Sousa  
2º Secretário

## **TÍTULO I**

### **Da Câmara Municipal**

## **CAPÍTULO I**

### **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - A Câmara Municipal é o órgão Legislativo do Município, composta de 09 (nove) vereadores eleitos na forma da Legislação em vigor.

§ 1º - Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos as suas finalidades, salvo mediante permissão da Mesa ou do Plenário.

§ 2º No recinto de reuniões não será permitida nenhuma forma de propaganda, seja política, partidária, religiosa etc.

Art. 2º - A Câmara tem função legislativa e competência para gerir os assuntos de sua administração interna, bem como atribuição de fiscalizar financeiramente o Executivo e assessorá-lo no desenvolvimento do município.

Art. 3º - Regimentalmente, a Legislatura é dividida em dois períodos, quadrimestral e quinquenal, respectivamente, com um recesso de 30 (trinta) dias ao final do primeiro período e um outro de 60 (sessenta) dias ao final do segundo período.

§ 1º - A composição dos dois períodos, forma o ano Legislativo.

## **CAPÍTULO II**

### **Da instalação e da posse dos Vereadores**

Art. 4º A Câmara será instalada em sessão solene, no 1º dia de cada legislatura, sob a presidência do vereador mais idoso entre os presentes, independentemente do número de vereadores.

Art. 5º Os vereadores apresentarão suas declarações de bens, que serão transcritas em livro próprio, ocorrendo depois a exibição dos diplomas e a leitura do compromisso, lido pelo vereador mais votado no último pleito.

I - Caso essa condição seja comum a mais de 1 (um) vereador, prestará o compromisso o mais idoso dentre eles, nos seguintes termos:

**“Prometo desempenhar com dignidade o mandato que me foi confiado, em consonância com a nossa ordem jurídica, promovendo sempre o bem geral de nosso Município”.**

II – Todos, unissonamente, afirmam:

**“Assim Prometo”**

Art. 6º - O compromisso se completa com a assinatura do livro termo de posse, seguindo-se a reunião com o fim específico da eleição da Mesa Diretora, ainda sob a presidência do vereador mais idoso.

Art. 7º - Instalada a legislatura, tomarão posse, perante a Câmara, o Prefeito e o Vice-Prefeito, procedendo-se de acordo com o Art. 5º e seu inciso I.

## **TÍTULO II**

### **Dos Órgãos da Câmara**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Da mesa Diretora**

#### **SEÇÃO I**

##### **Da Formação da Mesa**

~~Art. 8º - A mesa eleita para um biênio da legislatura, compõe-se do Presidente, 1º e 2º secretário, cuja eleição ocorrerá na 1ª sessão seguinte à instalação e na 1ª sessão seguinte “ordinária” no 3º ano legislativo.~~

Art. 8º - A mesa eleita para um bienio da legislatura compõe-se do Presidente, 1º e 2º secretário, cuja eleição ocorrerá na primeira sessão seguinte à instalação da mesa, ou a qualquer momento, desde que seja proposta por um dos vereadores que formam a casa legislativa, em forma de Requerimento.

(Redação dada pela emenda modificativa ao Regimento Interno nº 002/2021).

Parágrafo único - Para suprir a vaga ou impedimento dos membros da Mesa, serão eleitos na mesma ocasião 1 (um) Vice-Presidente e 1 (um) suplente de Secretário, sendo que este último no caso de vacância, poderá ser nomeado pelo Presidente.

Art. 9º - Para eleição da Mesa, observar-se-á as seguintes exigências:

I - A votação será secreta, mediante cédulas impressas ou datilografadas com a indicação dos nomes dos candidatos e respectivos cargos vinculados presidente da chapa, que serão depositados em urna própria, colocada na mesa da Presidência da Mesa.

II - A votação far-se-á pela chamada em ordem alfabética, pelo Presidente em exercício, sendo considerado eleito o candidato que obtiver a maioria dos votos apurados.

III - O presidente designará dois escrutinadores, determinando a contagem dos votos após o que proclamará os eleitos e dará posse aos mesmos.

IV - Em caso de empate no 1º e 2º escrutinadores, considera-se eleito o mais idoso entre eles.

~~V - É proibida a reeleição de membro da Mesa para o mesmo cargo na mesma legislatura.~~

V – É permitida a reeleição de membro da mesa para o mesmo cargo na mesma legislatura.

(Redação dada pela Emenda modificativa ao Regimento Interno nº 001/2021.)

Art. 10º - A mesa da Câmara se reunirá mensalmente visando providenciar o bom andamento dos trabalhos do Legislativo.

Art. 11 - No caso de vaga de cargo na mesa, ocorrerá eleição na primeira sessão ordinária seguinte; no caso dos suplentes porventura não assumirem, observando o que dispõe o Art. 6º deste Regimento.

Art. 12 - Nenhum membro da Mesa ou Vereador, poderá presidir sessão durante a discussão e votação da matéria de sua autoria.



## **SEÇÃO II**

### **Da Renúncia e da Destituição**

Art. 13 - A renúncia do vereador, ao cargo na Mesa, será mediante comunicação escrita ao Plenário, independentemente de deliberação.

Art. 14 - Os membros da Mesa são passíveis de destituição desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas ou delas se omitam, mediante resolução aprovada pelo Plenário, acolhendo representação de qualquer vereador, assegurado o direito de ampla defesa.

## **SEÇÃO III**

### **Da competência da Mesa**

Art. 15 - Cabe a mesa da Câmara a direção de todos os trabalhos legislativos e administrativos, competindo-lhe privativamente ou em colegiado:

I - Propor projetos de resolução de criação e extinção de cargos e funções no quadro pessoal do Legislativo, como também fixar os respectivos vencimentos, devendo-se observar a disponibilidade financeira e os preceitos legais;

II - Propor as disposições que fixem e atualizem os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores, bem como a verba de representação do Prefeito e do Presidente da Câmara;

III - Promulgar os Decretos Legislativos e Resoluções;

IV - Aceitar ou recusar as proposições onde não houver a observância do Regimento Interno;

V - Elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município para cada ano Legislativo;

VI - Devolver à Prefeitura o saldo na Câmara, no final de cada exercício financeiro;

VII - Enviar ao Tribunal de Contas, 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa, as contas do exercício anterior;

VIII - Deliberar sobre a convocação de sessões extraordinárias, bem como a realização de Sessões solenes fora da sede do legislativo;

IX - Apresentar as resoluções relacionadas com as licenças e os afastamentos do Prefeito e Vereadores;

X - Determinar, no início da Legislatura, o arquivamento imediato das proposições não apreciadas na Legislatura anterior.

## **SEÇÃO IV**

### **Do Presidente**

Art. 16 - O Presidente é o representante legal da Câmara, em juízo ou fora dele, competindo-lhe privativamente:

I - Dirigir as atividades administrativas e os trabalhos do plenário;

II - Interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno, além de resolver as questões de ordem;

III - Promulgar as resoluções, Decretos Legislativos e os Projetos de lei não sancionados pelo Prefeito no prazo legal, caso este que se promulgará em 48 horas com posterior publicação, observando-se a Lei Orgânica do Município;

IV - Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

V - Apresentar ao Plenário o balancete do mês anterior, até o dia 20 de cada mês;

VI - Empossar os vereadores retardatários e suplentes, bem como o Prefeito e o Vice-Prefeito, após a investidura, perante o Plenário, nos cargos competentes;

VII - Convocar os suplentes na forma da lei.

VIII - Declarar destituído, na forma deste Regimento, membro da Mesa o de comissão.

IX - Dirigir as atividades administrativas legislativas, desempenhando as seguintes

Atribuições:

a) Abrir, presidir e encerrar as sessões bem como suspendê-las quando devidamente necessárias;

b) Cronometrar a duração do expediente e da ordem do dia;

c) Conceder a palavra aos oradores inscritos; disciplinar as partes; e cassar a mesma quando necessário;

d) Determinar a leitura, pelo 1º secretário, da ata e de todas as matérias sujeitas à deliberação do Plenário ou delas tomar conhecimento;

e) Divulgar a matéria a ser votada e proclamar o respectivo resultado, bem como proceder a verificação do quórum, de ofício ou mediante requerimento de vereador;

f) Encaminhar as proposições e expediente às comissões que darão seus competentes pareceres.

X - Substituir, nos casos previstos em lei, o Prefeito Municipal.

XI - Comunicar ao Prefeito Municipal os projetos de sua iniciativa que foram desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos.

XII - Convidar o Prefeito a comparecer ou fazer que compareçam os seus auxiliares, para explicações quando haja convocação do Poder Legislativo de forma regular.

XIII - Praticar todos os atos quanto aos serviços do Poder Legislativo.

XIV - Prover a polícia interna da Câmara.

XV - Providenciar a expedição das certidões que lhe foram solicitadas.

XVI - Ordenar as despesas da Câmara, assinando conjuntamente com o funcionário encarregado da tesouraria.

Art. 17 - O Presidente somente votará nas votações secretas e para desempatar qualquer votação em plenário.

Art. 18 - O vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas, ausências e impedimentos as licenças, ficando nas duas últimas hipóteses investido na plenitude das respectivas funções.

## **SEÇÃO V**

### **Dos Secretários**

Art. 19 - São atribuições do 1º Secretário:

a) Fazer a chamada dos vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente.

b) Ler a ata e todas as matérias sujeitas ao conhecimento ou deliberação do Plenário

c) Fazer as inscrições dos oradores.

d) Auxiliar a Presidência na inspeção dos serviços administrativos da Câmara.

e) Certificar a frequência dos vereadores para efeito de percepção dos subsídios.

Art. 20 - Compete ao segundo secretário:

a) Redigir e transcrever as atas das sessões secretas e mantê-las lacradas em cofre;

b) Assinar com o Presidente e com o 1º secretário as atas da Mesa;

c) Manter à disposição do Plenário os textos legislativos de utilização mais frequente;

- d) Registrar em livro específico os precedentes firmados na interpretação do regimento para aplicação em casos futuros;
- e) Substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Comissões**

#### **SEÇÃO I**

#### **Das Disposições Preliminares**

Art. 21 - As comissões são órgãos técnicos constituídas de 03 (três) membros, em caráter permanente ou transitório, destinados a emitirem pareceres sobre matéria em tramitação na Câmara, bem como realizar investigações sobre determinados fatos de interesse à representação da Câmara.

Art. 22 - As comissões serão:

- I - Permanente;
- II - Especiais;
- III - Representação.

Art. 23 - As comissões Permanentes, em número de 02 (duas), têm as seguintes Denominações:

- I - Justiça e Redação;
- II - Finanças e Orçamentos;
- III - Serviços Públicos.

Art. 24 - Compete à Comissão de Justiça e redação examinar a constitucionalidade e a Legalidade das proposições para sua apreciação e observar o aspecto da redação, de modo a adequá-la a técnica legislativa e a correção do vernáculo.

Parágrafo Único - É Obrigatório a audiência da Comissão de Justiça e Redação em todas as proposições que tramitem na câmara sendo seu parecer consignado de forma escrita ou oral, salvo as que tiverem auto destino.

Art. 25 - Compete a Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre proposições apresentadas, especialmente no que diz respeito aos aspectos financeiros, orçamentário e econômico, bem como em todas as proposições que de uma maneira geral, direta ou indiretamente, alterem a despesa o a receita do município.

Art. 26 - Compete a Comissão de Serviços Públicos opinar sobre as matérias relacionadas com a execução de serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, saneamento, cultura, assistência social em geral, obras e contratos em geral.

Art. 27 - A composição das comissões Permanentes será feita na sessão seguinte a da eleição da Mesa, por período de 02 (dois) anos. mediante votação secreta para cada comissão, nos termos do Art. 6º.

§ 1º - Na organização das Comissões Permanentes, obedecer-se-á, sempre que possível, a proporcionalidade dos partidos.

§ 2º - O Vice-Presidente, o 1º secretário e o 2º secretário poderão participar das Comissões Permanentes, desde que não seja possível de outro modo compô-la adequadamente.

## **SEÇÃO II**

### **Das Comissões Especiais**

Art. 28 - As Comissões Especiais são aquelas que se destinam a elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e a tomada de posição da Câmara, tendo também sua finalidade específica na resolução que as constituir, a qual indicará o prazo para a apresentação do relatório.

Parágrafo Único - Serão constituídas por proposta de pelo menos 1/3 dos vereadores, cabendo ao Presidente da Câmara indicar seus membros.

Art. 29 - Serão criadas Comissões Especiais de Inquérito sobre determinados fatos que se incluam na competência municipal, visado apurar irregularidades administrativas, sempre que requerer 1/3 de seus membros, sujeito a deliberação do Plenário.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidade deverão vir acompanhadas da indicação das provas, constando do requerimento de solicitação de sua constituição.

§ 2º - A Comissão Especial de Inquérito poderá examinar documentos, ouvir testemunhas e por intermédio do Plenário solicitar as informações necessárias ao Executivo ou a dirigentes das entidades da administração indireta.

I - O Plenário, após conhecer o relatório, decidirá sobre as medidas cabíveis no âmbito político administrativo aprovado por 2/3 dos membros, inclusive sobre a necessidade ou não de enviar cópias de peças do inquérito à Justiça, para aplicação das sanções civis e penais aos responsáveis pelos atos da respectiva investigação.

## **SEÇÃO III**

### **Das Comissões de representação e processante**

Art. 30 - As comissões de representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos de caráter social ou político, cabendo ao Presidente designar seus membros.

Art. 31 - A Câmara constituirá comissão processante, visando apurar a prática de infração político-administrativa do Prefeito e Vereador, na forma da Legislação Federal em vigor.

Art. 32 - O Presidente da Câmara poderá substituir qualquer membro da Comissão Especial e da Comissão de Representação, salvo os membros das comissões processantes e de Especial de Inquérito.

## **SEÇÃO IV**

### **Do Funcionamento das Comissões Permanentes**

Art. 33 - As Comissões Permanentes serão constituídas por três membros, excluídos os membros da Mesa Diretora, sendo compostas por um presidente, 01 (um) relator e um revisor, e após constituídas, reunir-se-ão ordinariamente para eleger o respectivo Presidente e deliberar sobre os dias de reuniões.

Parágrafo Único - As Comissões poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário for, com a presença de no mínimo dois vereadores (02), os quais serão convocados pelo respectivo Presidente no decorrer da reunião ordinária da Comissão ou por edital.

Art. 34 - Compete ao Presidente da Comissão permanente:

I- Presidir as reuniões, convocar as reuniões extraordinárias e zelar pela ordem dos trabalhos.

II - Receber as proposições destinadas à comissão, observando os prazos regimentais.

III - Representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário, como também conceder vista dos projetos ao membro da Comissão por três dias, exceto no caso de matéria em regime de urgência.

IV - Solicitar o expediente quando o relator não tenha o feito em tempo hábil, para emitir parecer em 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo único - Dos atos do Presidente da Comissão, cabe a qualquer membro recurso ao Plenário em 03 (três) dias, salvo se tratar do parecer.

## **SEÇÃO V**

### **Dos Prazos**

Art. 35 - O prazo para a comissão exarar parecer será de 07 (sete) dias, contados da data que o Presidente receber a matéria, podendo ser prorrogado por mais 03 (três) dias, por solicitação da Comissão, anexando justificativa ao Presidente da Câmara.

§ 1º - Recebido qualquer processo, o Presidente da Comissão encaminhará dentro de 02 (dois) dias, ao relator, independentemente de reunião.

§ 2º - O relator terá o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar o relatório, findo o qual não tiver sido feito, o Presidente avocará o projeto e emitirá parecer.

§ 3º - O prazo a que se refere o caput deste artigo será duplicado quando se tratar de Prestação de Contas do Executivo, proposta orçamentária e será triplicado quando se referir a projeto de codificação.

§ 4º - Quando se tratar de proposições em regime de urgência, emendas, subemendas, aprovadas pelo Plenário, o prazo será de 48 (quarenta e oito) horas.

## **SEÇÃO VI**

### **Dos Pareceres**

Art. 36 - Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo.

Parágrafo único - O parecer poderá sugerir substitutivo a proposição e emendas a mesma.

Art. 37 - Os membros das Comissões emitirão sua decisão sobre a manifestação do relator, mediante voto.

§ 1º - O relatório somente será transformado em parecer, após aprovado pela maioria da Comissão.

§ 2º - A simples colocação da assinatura implicará na concordância total do membro com a manifestação do relator.

§ 3º - O membro da Comissão poderá exarar seu voto em separado, devidamente justificado.

§ 4º - O parecer da Comissão deverá ser assinado por todos os membros, sem prejuízo da apresentação do voto vencido, ou separado, quando o requeira o autor à comissão.

Art. 38 - Para emitir parecer verbal, nos casos previstos neste Regimento, o Relator ao fazê-lo afirmará quais os membros favoráveis e contrários à proposição.

Parágrafo único - Na hipótese de não ter sido feito parecer, inclusive a situação prevista no inciso IV do Art. 31, o Presidente da Câmara designará relator “Ad hoc” para fazê-lo no prazo de 03 (Três) dias.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Plenário**

Art. 39 - O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara, construído pela reunião dos vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecido neste Regimento.

~~§ 1º - Local é a sala de sessões “MANOEL SINFRÔNIO BEZERRA”~~

§ 1º - Local é a sala de sessões PLENÁRIO GERALDO FELIPE DE OLIVEIRA  
(Alterado e instituído pela Lei Municipal nº 480/2025)

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão.

§ 3º - O número é o quórum exigido por lei ou neste Regimento, para a realização das sessões e deliberações.

Art. 40 - As deliberações do Plenário serão tomadas:

- a) Por maioria simples, que representa o maior resultado da votação.
- b) Por maioria absoluta, que compreende mais da metade do número de componentes da Câmara.
- c) Por maioria qualificada, que atinge ou ultrapassa 2/3 dos componentes da Câmara.

Art. 41 - São atribuições do Plenário, deliberando este:

- a) O Regimento Interno da Câmara;
- b) O Código de Obras;
- c) O Estatuto dos Servidores Municipais;
- d) O Código Tributário do Município;
- e) Por maioria qualificada sobre;
- f) Outorga de concessão de uso de imóvel;
- g) Alienação de bens imóveis;
- h) Outorga de concessão de serviço público;
- i) Aquisição de bens imóveis por doação com encargos;
- k) Elaboração da denominação de vias e logradouros públicos;
- l) Aprovação da Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento In;
- m) A concessão de título de cidadão honorário ou qualquer honraria;
- n) Rejeição de veto do Prefeito;
- o) Cassação de mandato de vereador;
- p) Destituição da Mesa e de qualquer de seus membros;

Art. 42 - Todas as demais deliberações não incluídas nos itens I e II do Art. 38 serão necessariamente discutidas e deliberadas por maioria simples.

### **TÍTULO III**

#### **Dos Vereadores**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Exercício da Vereança**

Art. 43 - Os vereadores são agentes políticos, investidos do mandato legislativo para uma legislatura, eleitos pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto direto e secreto.

Parágrafo Único - Os vereadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos na circunscrição do Município.

Art. 44 - São direitos do Vereador:

- a) Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões permanentes, salvo por impedimento legal;
- b) Participar de todas as discussões e deliberações do Plenário;
- c) Apresentar as proposições na forma regimental, e sugerir as medidas necessárias visando o desenvolvimento do Município, respeitando as de competência privativa do Executivo.

Art. 45 - São deveres do Vereador:

- a) Desincompatibilizar-se e fazer declaração de bens no ato da posse e no término do mandato;
- b) Conhecer e obedecer às normas regimentais, como também atender as determinações legais relativas ao exercício do mandato;
- c) Manter o decoro parlamentar;
- d) Comparecer as sessões da Câmara, não se eximindo dos trabalhos relativos ao desempenho do mandato;

Art. 46 - Se qualquer Vereador cometer, no Plenário, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências:

- I - Advertência em Plenário;
- II - Cassação da palavra;
- III - Determinação para retirar-se do Plenário;
- IV - Suspensão da Sessão, para os atendimentos que forem necessários;
- V - Proposta de Cassação.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Vagas e Licenças**

Art. 47 - As vagas na Câmara verificam-se por extinção e cassação de mandato.

Art. 48 - O mandato do Vereador extingue-se pela morte, renúncia, falta de posse no prazo legal, perda ou privação dos direitos políticos, que deixar de comparecer as reuniões ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação vigente ou por qualquer motivo legal e hábil.

Parágrafo Único - Ocorrido e comprovado o ato ou o fato extintivo, o Presidente comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato, efetivando-se, porém, a partir da promulgação e publicação do Decreto Legislativo respectivo.

Art. 49 - A renúncia do vereador dar-se-á mediante ofício dirigido à Mesa, trazendo a firma e letra reconhecidas, produzindo seus efeitos somente depois de lido em plenário.

Art. 50 - A cassação do mandato do vereador far-se-á por decisão do plenário, nos casos e na forma prevista na legislação em vigor e aplicável.

## **Seção I**

### **Das Licenças**

Art. 51 - Dá-se Licença ao vereador mediante requerimento encaminhado ao Presidente e sujeito a deliberação do Plenário, para:

I - Tratamento de saúde, comprovado com atestado fornecido por médico oficial ou particular;

II - Desempenhar missão temporária de caráter representativo ou cultural.

III - Para tratar de interesses particulares, por prazo determinado em legislação em vigor, não recebendo, neste caso, a remuneração.

IV - Exercer a função de secretário municipal, podendo neste caso optar pela sua remuneração.

§ 1º - Na hipótese do inciso I, o Plenário somente homologará.

§ 2º - A apresentação dos pedidos de licença ocorrerá no expediente das sessões, sem discussão, tendo absoluta prioridade sobre qualquer matéria, e só poderá ser rejeitada pelo voto de dois terços dos vereadores presentes, nos casos dos incisos II e IV.

§ 3º - Apresentado o requerimento e não havendo número para deliberar, o Presidente “ad referendum” do Plenário, despachará.

§ 4º - Aprovada a licença, o Presidente convocará o suplente respectivo.

§ 5º - Inexistindo suplente, o Presidente comunicará o fato dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal Regional Eleitoral (T.R.E.) para as providências cabíveis.

§ 6º - A licença para tratamento de saúde não será nunca inferior a trinta dias, não podendo o Vereador reassumir antes do término da licença.

## **SEÇÃO II**

### **Dos Líderes**

Art. 52 - Líder é o porta-voz de uma representação partidária e o intermediário entre ela e os órgãos da Câmara.

§ 1º - As representações partidárias deverão indicar à Mesa, através de documento subscrito pela maioria de seus membros no início de cada sessão legislativa, os respectivos líderes e vice-líderes.

§ 2º - Ausente ou impedido o líder, assume a liderança o vice-líder.

§ 3º - Enquanto não for feita a indicação, considera-se líder e vice-líder os vereadores mais idosos de cada bancada.

§ 4º - É facultado ao líder, em caráter excepcional e a critério da presidência, em qualquer momento da sessão, salvo quando estiver procedendo votação ou houver oradores na Tribuna, usar da palavra para tratar de assunto que, por sua relevância e urgência, interesse à Câmara.

## **CAPÍTULO III**

### **Da Remuneração**

Art. 53 - No final de cada Legislatura, fixar-se-á a remuneração dos vereadores para vigorar na subsequente mediante resolução.

Art. 54 - Ao Presidente da Câmara será atribuída, por resolução, uma gratificação de representação, nunca superior à fixada para o Prefeito Municipal.



Art. 55 - A remuneração é dividida em subsídios e representação.

Art. 56 - No recesso a remuneração será integral.

Art. 56-A - Fica instituído o pagamento do décimo terceiro salário aos Vereadores da Câmara Municipal de Vila Flor/RN.

(Instituído pela Lei Municipal Nº 455, DE 28 de dezembro de 2023.)

## **CAPÍTULO IV**

### **Das Proibições**

Art. 57 - As proibições e incompatibilidade do Vereador são similares, no que couber, ao disposto na Constituição Federal para os membros do Congresso Nacional, na Constituição Estadual, para os membros da Assembleia Legislativas e a Lei Orgânica dos Municípios.

## **TÍTULO IV**

### **Das Sessões**

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições Preliminares**

Art. 58 - As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias e solenes, sendo realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, salvo deliberação em contrário, assegurado o acesso as mesmas do público em geral.

§ 1º - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara no recinto reservado ao público, desde que não porte arma e não manifeste apoio ou desaprovação ao que passa no plenário e atenda às determinações do Presidente.

§ 2º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbe os trabalhos e evacuará o local sempre que entender necessário.

Art. 59 - As sessões da Câmara serão abertas pelo Presidente, com a seguinte declaração:

**“Em nome de Deus e da lei, declaro aberta a presente sessão”.**

### **Das Sessões**

#### **Ordinárias**

## **SUBSEÇÃO I**

### **Disposições Preliminares**

Art. 60 - As sessões ordinárias seguirão o que está disposto no Art. 3º deste Regimento, seguindo o horário das 20 horas às 22 horas em dia a ser designado através de resolução.

I - Para sua cobertura é necessário a presença mínima de 1/3 dos vereadores, não se aplicando para as sessões solenes que se realizarão com qualquer número de presentes.

II - As sessões ordinárias podem ser prorrogadas por tempo determinado, a requerimento de vereador ou proposta da Mesa, mediante aprovação do Plenário.

III - Cinco minutos antes do término da prorrogação, poderá ocorrer uma nova dilatação da reunião, nos termos do item anterior.

IV - No Plenário, além das autoridades públicas, podem ser admitidos funcionários em serviços e pessoas convidadas pela mesa.

Art. 61 - A hora do início dos trabalhos, não havendo número legal, o presidente em exercício, aguardará vinte minutos e ao fim desse tempo declarará prejudicada a sessão, no que fará constar em ata o nome dos vereadores presentes.

Art. 62 - As sessões ordinárias compõem-se de duas partes:

- a) Expediente;
- b) Ordem do dia.

## **SUBSEÇÃO II**

### **Do Expediente**

Art. 63 - O expediente terá duração improrrogável de uma hora, e se destina a aprovação da ata da sessão anterior, leitura de matérias, apresentação de proposições dos vereadores e ao uso da palavra na tribuna.

Parágrafo único - Aprovada a ata, o Presidente determinará a leitura, pelo 1º secretário, das matérias do expediente, seguindo-se a leitura das matérias dos vereadores, na seguinte ordem:

I - Expediente oriundo do Executivo;

II - Expediente oriundo diversa;

III - Expediente apresentado por vereador.

a) No caso do item III, na leitura respeitar-se-á a ordem a seguir:

I - Projeto de Lei;

II - Projeto do Decreto Legislativo;

III - Projeto de Resolução;

IV – Requerimentos;

V - Pareceres das Comissões;

VI – Recursos;

VII - Outras matérias.

Art. 64 - Após a leitura das matérias, o tempo restante da hora do expediente será destinado ao uso da tribuna pelo Vereador, seguindo-se a ordem de inscrição em livro próprio, tendo cada um direito a dez minutos de oratória, podendo esse tempo ser prorrogado por mais dois minutos a critério do Presidente.

§ 1º - Usarão a tribuna os vereadores e convidados da Mesa, ficando este último com tempo máximo para se pronunciar, a critério do Presidente, com a aparte para se pronunciar a respeito de qualquer assunto de interesse da comunidade.

§ 2º - A inscrição será feita em livro de próprio punho, colocando os vereadores o tema de seu discurso, e para aqueles que não usarem da palavra, prevalecerá a sua inscrição a sessão seguinte e assim sucessivamente.

## **SUBSEÇÃO III**

### **Da Ordem do Dia**

Art. 65 - A ordem do dia terá a duração de uma hora, a partir do término do expediente, podendo ser superior a esse tempo se não for o horário do expediente devidamente utilizado. A

discussão destina-se juntamente com a votação, às matérias a qual conta a pauta, destinando-se também a ordem do dia ao uso da palavra em explicação pessoal.

§ 1º - Nenhuma proposição será discutida sem que tenha sido incluída na ordem do dia, salvo os casos previstos neste Regimento.

§ 2º - A organização da pauta, para discussão e votação, é obedecida na seguinte ordem:

- a) Projetos em regime de urgência;
- b) Vetos;
- c) Projetos de Lei, de Decreto Legislativo e de Resolução;
- d) Pareceres;
- e) Requerimentos em regime de urgência;
- f) Requerimentos.

§ 3º - esgotada a matéria sujeita à deliberação do Plenário na ordem do dia, o Presidente Concederá, se houver tempo, a palavra aos vereadores para explicação pessoal versando sobre assuntos tratados na sessão.

## **SEÇÃO II**

### **Das Sessões Extraordinárias**

Art. 66 - As sessões extraordinárias realizar-se-ão em dia ou horário diferente dos fixados para as sessões ordinárias, a qual, durante a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria de sua convocação.

§ 1º - O presidente da Câmara dará conhecimento da convocação aos vereadores, mediante a comunicação com antecedência mínima de três dias.

§ 2º - A Câmara se reunirá extraordinariamente, quando convocada pelo Prefeito Municipal, e se autoconvocará por proposta da Mesa ou de um terço de seus membros.

§ 3º - Aplicam-se, no que couber, as sessões extraordinárias, às disposições concernentes e às sessões ordinárias.

## **SEÇÃO III**

### **Sessões Solenes**

Art. 67 - As sessões solenes serão convocadas pela Mesa ou por deliberação do Plenário para o fim específico, que foi determinada, podendo ser para posse e instalação da Legislatura, bem como para solenidades cívicas, culturais e oficiais.

§ 1º - Essas sessões se realizarão fora do recinto da Câmara, e não haverá expediente, nem na ordem do dia, sendo inclusive dispensada a leitura da ata e a verificação de presença.

§ 2º - Nela, somente usarão da palavra além do Presidente o vereador indicado como orador oficial e as pessoas homenageadas.

## **SEÇÃO IV**

### **Sessões Secretas**

Art. 68 - As sessões secretas ocorrerão por deliberação da maioria absoluta de seus membros, para tratar de assuntos de sua economia interna e outros assuntos que assim entender o Plenário, nela somente os vereadores poderão permanecer no plenário.

## **SEÇÃO V**

### **Da Suspensão e do Encerramento**

Art. 69 - A sessão será suspensa para preservação da ordem, para recepcionar visitantes ilustres, para reunião de bancadas e por outros motivos a critério do Plenário.

Art. 70 - A sessão será encerrada por falta de quórum Regimental, por necessidade de manutenção da ordem e por motivo relevante a critério do Plenário.

## **SEÇÃO VI**

### **Das Atas**

Art. 71 - De cada sessão da Câmara será lavrada ata dos trabalhos, contendo resumidamente os assuntos tratados, a fim de ser submetidos ao Plenário.

§ 1º - As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§ 2º - A ata da sessão anterior será lida na sessão subsequente.

§ 3º Cada vereador poderá falar somente uma vez sobre a ata, para pedir sua retificação ou impugná-la.

§ 4º - Feita a impugnação ou solicitação da ata, o Plenário deliberara a respeito, aceita a impugnação, será lavrada nova ata, e aprovada a retificação, a mesma será incluída na ata da sessão em que ocorrer sua votação.

§ 5º - Aprovada, a ata será assinada pelo Presidente, secretários e demais vereadores.

§ 6º - A ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação, com qualquer número antes de encerrar-se a sessão.

§ 7º - A transcrição integral a que se refere o § 1º deste artigo será feito em livro próprio.

## **TÍTULO IV**

### **Das Proposições e da sua Tramitação**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Das Proposições em Espécie**

Art. 72 - Proposição é toda matéria sujeita a deliberação ou encaminhamento do Plenário.

§ 1º As proposições consistem em:

- a) Projetos de Lei, de Decreto Legislativo e de Resolução;
- b) Substitutivos, Emendas e Subemendas;
- c) Pareceres, Recursos, Requerimentos e Vetos.

§ 2º - As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos nas alíneas “a” e “b”, exceto as emendas e subemendas, deverão conter ementa de seu assunto.

§ 3º - As proposições referidas nas alíneas a” e “b” deverão ser acompanhadas de justificativa por escrito.

Art. 73 - A mesa deixará de receber qualquer proposição:

- a) Que verear sobre assuntos alheios à competência da Câmara;
- b) Que delegar a outro poder de atribuições privativas da Câmara;
- c) Que seja inconstitucional, ilegal e antirregimental;
- d) Que tenha similar em tramitação;
- e) Que não atenda o disposto nos § 2º e 3º do Art. 69.

Parágrafo Único - Da decisão do Presidente caberá recurso dentro de 07 (sete) dias, a ser apresentado pelo autor, sendo encaminhado à comissão de Justiça e Redação, cujo parecer será incluído na ordem do dia.

Art. 74 - O Projeto de Lei é a Proposição que por fim regular toda matéria de competência do Município e sujeita à regular do Prefeito.

Art. 75 - A iniciativa do Projeto de Lei cabe a qualquer vereador, à Mesa, às Comissões e ao Prefeito, executando-se os casos de iniciativa privativas de ambos os poderes, de acordo com os preceitos constitucionais.

Art. 76 - O Projeto de Decreto Legislativo e a proposição destinada a regular matéria que exceda os limites da economia interna da Câmara, de sua competência privada e não sujeita à sanção do Prefeito, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara.

Parágrafo único - Constitui matéria de Decreto Legislativo:

- 1 - Fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito.
- 2 - Aprovação ou rejeição das contas do Prefeito.
- 3 - Concessão de licença ao Prefeito
- 4 - Autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município.
- 5 - Criação de Comissão Especial de inquérito sobre fatos determinados que se incluam na competência do município.
- 6 - Cassação do mandato do Prefeito.
- 7 - Outorga da concessão de títulos de cidadão e honrarias.
- 8 - Demais atos que independem da sanção do Prefeito e, como tais, definidos em lei.

Art. 77 - Projeto de Resolução e a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara.

Parágrafo único - Constitui matéria de Projeto de Resolução:

- 1 - Perda de mandato de vereador
- 2 - Destituição da Mesa ou de qualquer de seus membros.
- 3 - Fixação da remuneração dos vereadores e da verba de representação do Presidente.
- 4 - Elaboração e reforma do Regimento interna.
- 5 - Concessão de Licença a vereador
- 6 - Constituição de comissões especiais e especial de inquérito, quando o fato definir o assunto de economia interna.
- 7 - Aprovação ou rejeição das contas da Mesa.
- 8 - Organização dos serviços administrativos.
- 9 - Demais atos de sua economia interna.

Art. 78 - Substitutivo e projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução apresentado por 01 vereador ou comissão, para substituir outro sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único - Quando apresentado por comissão permanente ou pelo autor, será apreciado em Lugar do projeto original; se apresentado por outro vereador, será submetido à deliberação do Plenário, aceito, será remetido à Comissão de Justiça e Redação, para emitir parecer.

Art. 79 - Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

§ 1º As emendas podem ser:

- a) **Supressiva** - é a que manda suprimir em parte ou no todo o artigo, parágrafo ou inciso do projeto;
- b) **Substitutiva** - é a que deve ser colocada em lugar do artigo, parágrafo ou inciso do projeto
- c) **Aditiva** - é a que deve ser acrescentada aos termos do artigo, parágrafo ou inciso do projeto;
- d) **Modificativa** - é a que se refere apenas à redação do artigo, parágrafo ou inciso, sem alterar a sua substância.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Recursos**

Art. 80 - O recurso é toda petição de vereador ao Plenário contra ato do Presidente, interposto dentro de 10 (dez) dias contados da data da ocorrência.

§ 1º - o recurso será encaminhado à comissão de Justiça e Redação para parecer.

§ 2º - Após o parecer, será o mesmo submetido a uma única discussão e votação na 1ª sessão ordinária subsequente.

§ 3º - Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se ao processo de destituição.

## **CAPÍTULO III**

### **Dos Requerimentos**

Art. 81 - Requerimento é a proposição em que o vereador sugere medidas de interesse público, se manifesta sobre qualquer assunto da vida comunitária, no seu aspecto econômico, político, e participa das atividades internas.

Parágrafo Único - Quanto a competência para decidi-lo, os requerimentos são de duas espécies:

- a) Sujeitos apenas aos despachos do Presidente;
- b) Sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 82 - Serão de alçada do Presidente, os requerimentos que solicitar:

I - A palavra ou desistência dela e voto de pesar.

II - Leitura de qualquer matéria para o Plenário.

III - Observância de disposição regimental.

IV - Retirada pelo autor de requerimento ou proposição ainda não submetidos ao Plenário.

V - Verificação de presença ou de votação.

VI - Requisição de documentos, processos, livros ou publicações existentes na Câmara, sobre proposição em discussão.

VII - declaração de voto e encerramento de discussão.

VIII - prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação.

IX - juntada ou desentranhamento de documentos.

X - Informações em caráter oficial sobre atos da mesa, da Presidência ou da Câmara.

XI - constituição de Comissão processante e requisição de documentos oficiais.

Parágrafo Único - Os requerimentos enumerados neste artigo, de 01 a 10, serão verbais e os demais serão escritos.

Art. 83 - Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário, os requerimentos que versarem sobre:

I - Sugestão aos poderes competentes visando solucionar e extinguir diversos problemas da comunidade

II - Voto de louvor, congratulações ou repúdio;

III - Renúncia de cargo na Mesa ou na Comissão;

IV - Licença de vereador;

V - Audiência da Comissão Permanente;

VI - Inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;

VII - Retirada de proposições já colocada sob deliberação do Plenário.

VIII - Informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ou a entidades públicas ou particulares

IX - Constituição de Comissão Especial

X - Convocação do Prefeito ou auxiliar direto para prestar esclarecimento em Plenário.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Da Retirada das Proposições**

Art. 84 - O autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de sua proposição.

§ 1º - Se a matéria ainda não estiver incluída na ordem do dia, compete ao Presidente

§ 2º - Se a matéria já estiver incluída na ordem do dia, a decisão compete ao Plenário.

Art. 85 - Ao iniciar-se a Legislatura, a mesa determinará o arquivamento de todas as proposições oriundas da legislatura anterior, desde que se encontre sem parecer ou com parecer contrário das comissões.

§ 1º - Qualquer vereador poderá requerer o desarquivamento, recomeçando a tramitação regimental.

§ 2º - O disposto no caput deste artigo não se aplica aos projetos de autoria do Executivo.

Art. 86 - Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito ao Projeto de Lei. aprovado pelo Plenário por considerá-lo inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público.

#### **CAPÍTULO V**

##### **Da Representação**

Art. 87 - Representação é a exposição escrita e fundamentada do vereador ao Presidente do Poder Legislativo, visando a destituição de membro da mesa e de comissões permanentes nos casos previstos em lei ou neste Regimento.

Parágrafo Único - O plenário tomando conhecimento da representação deliberará, preliminarmente, em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento.

Art. 88 - Decidindo o Plenário pelo processamento, o presidente ou o substituto legal notificará o acusado, que terá o prazo de 15 dias para arrolar, requerendo, 3 testemunhas; a partir

daí o devido processo legal inicia-se juntando-se todos os documentos num só processo, inclusive a defesa do acusado.

Art. 89 - A comissão processante designará o dia para ouvir o representante e o representado, como também inquirir as testemunhas, podendo os vereadores formularem as perguntas que acharem necessárias, tendo o acusado e o acusador, como também o relator, terão 30 minutos para se manifestarem, findo o qual o Plenário se manifestará; em caso de destituição por votos de 2/3, será elaborado projeto de resolução pela comissão de Justiça e Redação.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da Tramitação das Proposições**

Art. 90 - Recebida qualquer proposição, será encaminhada ao Presidente da Câmara que determinará a sua tramitação com o prazo de três dias.

Art. 91 - Após a leitura no Plenário, a proposição irá para as comissões respectivas e competentes, que de acordo com o artigo 21 produzirá seu parecer, acompanhado ou não do entendimento da comissão.

Art. 92 - Os projetos oriundos da Mesa ou de Comissão permanente, em assuntos de suas competências, dispensarão pareceres para apreciação pelo Plenário, sempre que o autor requerer e não for obrigatória a audiência na forma deste Regimento.

Art. 93 - Os requerimentos, após lidos e discutidos, serão encaminhados, por meio de ofício, a quem de direito.

Art. 94 - Os pareceres da Comissão Permanente serão obrigatoriamente inclusos na ordem do dia em que serão apreciados junto as proposições a que se referem.

Art. 95 - As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou urgência  
§ 1º - O regime de urgência simples implicará na dispensa de prazos regimentais, salvo quórum e parecer obrigatório, e implica que a proposição está incluída na ordem do dia em segunda prioridade.

Art. 96 - A urgência especial se dará com a aquiescência do Plenário, mediante aprovação de 2/3 dos membros, atendendo requerimento da mesa ou Comissão.

I - Concedida a urgência especial para projeto ainda sem parecer, as comissões competentes se pronunciarão em conjunto, e, em seguida, o projeto será colocado na ordem do dia da própria sessão.

II - Na impossibilidade de produzir-se o parecer conjunto das comissões competentes, o projeto automaticamente tramitará em regime de urgência simples.

Art. 97 - Todas as proposições, ressaltando os requerimentos, os projetos, os projetos de decretos legislativos e de resolução, o veto e os que esteja em regime especial, terão duas discussões.

Art. 98 - Aprovado pela Câmara um projeto de lei, será este encaminhado ao Executivo para sanção e promulgação ou veto, uma vez expedido os respectivos autógrafos.



Parágrafo Único - Os originais dos Projetos de Lei, antes da remessa ao Executivo, serão registrados em livros próprios, e arquivados na secretaria do Poder Legislativo.

## **TÍTULO VI**

### **Discussões e Deliberações**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Das Discussões**

Art. 99 - A discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

Art. 100º - Os Projetos de Lei que disponham sobre o quadro de Pessoal do Poder Legislativo serão discutidos com o intervalo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas entre a primeira e segunda discussão.

Art. 101 - Na discussão única e na primeira discussão serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates, em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Art. 102 - Em nenhuma hipótese e segunda discussão ocorrerá na mesma sessão que tenha ocorrido a primeira discussão.

Art. 103 - O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência dos oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Da Disciplina dos debates**

Art. 104 - Os debates deverão realizar-se com cordialidade e respeito, devendo o vereador atender as seguintes determinações:

- I - Exceto o Presidente, deverá falar de pé.
- II - Dirigir-se sempre ao Presidente da Câmara voltado para a Mesa, salvo quando responder aparte.
- III - Não usar da palavra sem a solicitar nem sem receber o consentimento do Presidente.
- IV - Referir-se ou dirigir-se ao vereador pelo tratamento de senhor ou Excelência.

Art. 105 - O vereador não poderá:

- I - Desviar-se da matéria em debate e falar sobre matéria vencida.
- II - Usar de linguagem indecorosa.
- III - Deixar de atender as advertências do Presidente.
- IV - Ultrapassar o prazo que lhe competir para uso da palavra.

Art. 106 - O vereador somente usará da palavra:

- a) No expediente;
- b) Para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou declaração de voto;
- c) Para apartear na forma do Regimento;
- d) Para explicação pessoal;
- e) Para apresentar requerimento verbal e pedir esclarecimentos à Mesa.

Art. 107 - O aparte deverá ser em termos corteses, não sendo permitido apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador.

Art. 108 - Os prazos estabelecidos para o uso da palavra são:

I - 10 (dez) minutos para falar na tribuna durante o expediente.

II - 05 (cinco) minutos para discussão de veto e dos projetos com apartes

III - 05 (cinco) minutos para discutir requerimento com apartes.

IV - 05 (cinco) minutos para encaminhamento de votação, declaração de voto, explicação pessoal e discussão de pareceres

V - 02 (dois) minutos para apartear, sem apartes e para apresentar requerimento verbal.

Art. 109 - Será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.

Art. 110 - O pedido de vista de proposição poderá ser requerido pelo vereador e deliberado pelo presidente, tendo um prazo de 05 (cinco) dias.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das deliberações**

Art. 111 - As deliberações serão tomadas por maioria simples, maioria absoluta ou a maioria de 2/3 (dois terços), conforme as determinações legais ou regimentais.

Art. 112 - A matéria estará em votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.

Art. 113 - A votação é o ato complementar da discussão, através do qual o Plenário expressa sua vontade deliberativa.

Art. 114 - São três os processos de votação.

- a) Simbólica, em que o Presidente submete a matéria à votação, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem;
- b) Nominal, onde é feita a chamada dos vereadores, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de votações através de cédulas.
- c) Secreto, realizado através de cédulas rubricadas pela Mesa.

Art. 115 - A votação será nominal nos seguintes casos:

- a) Eleição da Mesa;
- b) Eleição ou destituição de membro da Mesa ou de comissão permanente;
- c) Julgamento das contas do Executivo;
- d) Apreciação de veto;
- e) Cassação de mandato de Prefeito ou Vereador;
- f) Criação ou extinção de cargos na Câmara.

Art. 116 - A votação, depois de iniciada, somente se interromperá se constatada a falta de número legal, caso em que serão prejudicados os votos já colhidos.

Art. 117 - O vereador, ao votar, querendo, fará declaração de voto.

Parágrafo Único - Enquanto não for proclamado o resultado da votação, o Vereador poderá retificar seu voto.

Art. 118 - O Vereador, após a proclamação do resultado, poderá impugná-la perante o Plenário, quando dela tenha participado Vereador impedido.

Parágrafo Único - Neste caso, acolhida a impugnação, ocorrerá nova votação, desconsiderando o voto que motivou a impugnação.

Art. 119 - Dos atos do Presidente, caberá recurso ao Plenário, dentro de 10 (dez) dias, contínuos, após o ato praticado, deliberando o Plenário, caberá ao Presidente cumprir fielmente a decisão soberana do Plenário, sob pena de destituição.

## **TÍTULO VII**

### **Da Elaboração Legislativa Especial e Dos Procedimentos de Controle**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Da Elaboração Legislativa Especial**

#### **SEÇÃO I**

##### **Do Orçamento**

Art. 120 - Recebida a proposta orçamentária legalmente, o Presidente mandará distribuir cópias aos vereadores, encaminhando à Comissão de Finanças e Orçamento para parecer.

Art. 121 - A Comissão de Finanças e Orçamento no prazo legal, pronunciar-se-á, sendo a matéria incluída como única da ordem do dia da sessão ordinária seguinte.

Parágrafo único - O Vereador no que prever a legislação atinente, poderá apresentar emendas à proposta orçamentária.

Art. 122 - Aprovadas às emendas dentro de 3 (três) dias, a matéria retornará à Comissão de Finanças e orçamento para incorporá-las ao teste, no prazo de 05 (cinco) dias e em seguida o processo será recolocado em pauta para segunda discussão.

#### **SEÇÃO II**

##### **Das Codificações**

Art. 123 - Código é a reunião de dispositivos legais sobre a mesma matéria, sistematizada, objetivando estabelecer princípios gerais acerca da matéria.

Art. 124 - Os projetos de codificação seguirão no que couber os dispositivos da Seção I do presente capítulo, observando-se ainda o § 3º do Art. 35.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Dos Procedimentos de Controle**

## **SEÇÃO I**

### **Do Julgamento das Contas**

Art. 125 - Recebendo a Câmara, o parecer prévio do Tribunal de contas, bem como o balanço geral, o Presidente distribuirá cópias aos Vereadores, encaminhando a Comissão de Finanças e Orçamentos para proferir sua opinião, acompanhado de projeto de Decreto Legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.

Parágrafo Único - Não se admitira emendas ao Projeto de Decreto Legislativo.

Art. 126 - Caso o Plenário delibere de forma contrária ao parecer do Tribunal de Contas, o Decreto Legislativo conterá a devida justificativa

Parágrafo Único - A Mesa comunicará, por ofício, ao Tribunal de contas, o resultado da cotação.

## **Sessão II**

### **Do Plenário Cassatorio**

Art. 127 - A Câmara processará o Prefeito ou Vereador pela prática de infração político-administrativa definida na legislação federal, observando todas as normas aplicáveis assegurando ainda, em ambos os casos, ao acusado, a plena defesa.

Art. 128 - O julgamento ocorrerá em sessão ou sessões extraordinárias convocados especialmente para esse fim.

## **SEÇÃO III**

### **Da Convocação do Chefe do Executivo**

Art. 129 - A Câmara poderá convocar o Prefeito ou auxiliar direto, para prestar informações perante o Plenário, sobre assuntos ligados à administração municipal, desde que seja necessário para assegurar ao Legislativo a devida fiscalização ao Poder Executivo.

Art. 130 - A solicitação ao Plenário será escrita, indicando antecipadamente os motivos da convocação e as questões que serão indagadas ao Prefeito ou auxiliares.

Art. 131 - No ofício de comunicação ao Prefeito ou auxiliares, será solicitado as autoridades indicarem dia e hora para comparecimento.

Art. 132 - Quando da exposição da autoridade convidada, não poderá ocorrer apartes, usando os vereadores a palavra, desde que tenham 48 (quarenta e oito) horas antes feito inscrição com o 1º secretário.

Art. 133 - Caso a autoridade se recuse a comparecer, quando devidamente convocado, o autor da proposição deverá produzir renúncia, observando desta feita o que dispõe a Lei Orgânica dos Municípios atualmente em vigor e a legislação aplicável.

## **TÍTULO VIII**

### **Dos Procedimentos e Questão de Ordem**

Art. 134 - Todas as interpretações feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos polêmicos e controversos, caso não haja nenhuma referência no presente Regimento, constituirão precedentes regimentais, que serão registrados em livro próprio, visando sua aplicação em casos análogos no futuro.

Art. 135 - Questão de Ordem é toda dúvida levantada quanto à interpretação e aplicação do Regimento Interno.

§ 1º - As questões de Ordem devem ser levantadas indicando precisamente os pontos do Regimento Interno que se pretende dirimir dúvidas.

§ 2º - O Presidente, indeferirá de plano a questão suscitada caso não seja cumprido o parágrafo anterior.

Art. 136 - Ao fim de cada sessão legislativa, será elaborada separata pelo primeiro secretário, com as alterações produzidas e os precedentes regimentais firmados.

Art. 137 - O Regimento Interno, somente poderá ser modificado, por proposta:

- 1 - De 1/3 (um terço) dos vereadores
- 2 - Da Mesa Diretora.
- 3 - De uma das Comissões Permanente da Câmara.

## **TÍTULO IV**

### **Dos serviços internos**

Art. 138 - Os serviços administrativos da Câmara incumbem a sua secretaria e reger-se-ão por atos emanados do Presidente.

Art. 139 - A secretaria manterá os livros e carimbos necessários aos serviços Administrativos e legislativos da Casa.

§ 1º - Os livros serão abertos, rubricados ou encerrados pelo Presidente ou por Funcionários designado por ele.

§ 2º - São obrigatórios os seguintes livros: de ata das Sessões, de registo de leis, Decretos e resoluções, de atos da Mesa, de atos da Presidência do termo de Posse, de Declaração de bens, de presença, de precedentes regimentais, de reunião das comissões permanentes.

Art. 140 - Os servidores do Poder Legislativo regem-se pelo Estatuto do Funcionário Público do Município. respeitado os princípios contidos na Constituição Federal.

## **TÍTULO X**

### **Das Disposições gerais**

Art. 141 - Nos dias de sessão da Câmara deverão ser estas hasteadas, pelo menos no recinto, as bandeiras do Município, do Estado e do País.

Art. 142 - Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pela Mesa, que poderá observar, no que for aplicável, o Regimento Interno da Assembleia, a Lei Orgânica do Município e os costumes e praxes referentes ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 143 - Esta Resolução, que contém o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vila Flor/RN, entrará em vigor na data da sua aprovação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões.

Vila Flor/RN, 09 de abril de 2025.

Jefferson Alexandre de Souza  
Presidente

Geraldo Felipe de Oliveira Neto  
1º Secretário

Iara do Nascimento  
2º Secretário